



MATERNIDADES MARGINAIS: O QUE NOS CONTAM PRESIDÁRIAS E PROSTITUTAS?

Marginalized motherhoods: what do incarcerated women and prostitutes tell us?

Gisele Carreirão GONÇALVES

Centro de Reabilitação Ana Maria Philippi
Fundação Catarinense de Educação Especial
São José, Brasil

gisacarreira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8897-9625> 

Alexandre Fernandez VAZ

Departamento de Estudos Especializados em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

alexfvaz@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-4194-3876> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

O texto se dedica a refletir sobre as (im)possibilidades circunscritas a maternidades marginais. Para tal, considerando que a arte pode ser lida como inconsciente do tempo, apoiamos-nos em dois livros brasileiros que mergulham em histórias reais sobre o encarceramento, das quais damos destaques às que retratam tramas e dramas de mães. Elencamos ainda outras duas narrativas, vindas da cinematografia nacional, com enredos ficcionais que tensionam maternidade e prostituição. Ancorados nas desconcertantes histórias e estórias, objetivamos mostrar que as mulheres desempenham diferentes papéis sociais obedecendo a contingências de suas singulares vidas, o que torna insustentável a tentativa de enquadrá-las num único protótipo maternal, o da mãe santificada. Tal tensionamento contribui para desmistificar e romper com a personagem da matriarca engendrada por discursos moralistas e moralizantes.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidades. Marginais. Mulheres.

ABSTRACT

The article reflects on the (im)possibilities surrounding marginalized maternities. To this end, considering that art can be read as the unconscious of its time, we draw on two Brazilian books that delve into real stories of incarceration, highlighting those that portray the plots and dramas of mothers. We also examine two additional narratives from Brazilian cinema, with fictional storylines that place motherhood and prostitution in tension. Anchored in these unsettling stories and narratives, we argue that women perform different social roles in accordance with the contingencies of their singular lives, which makes any attempt to confine them to a single maternal prototype—the sanctified mother—unsustainable. Such tensioning contributes to demystifying and dismantling the figure of the matriarch as produced through moralistic and moralizing discourses.

KEYWORDS: Motherhoods. Marginalized. Women.

INTRODUÇÃO

Se a arte pode ser entendida como o inconsciente do tempo histórico, como postula toda uma tradição que vai de Walter Benjamin (2013) a Susan Sontag (2025), de Theodor W. Adorno (1997) a Elisabeth Lenk (1983), podemos, por meio dela, saber algo das experiências do contemporâneo. Entre tantas, chama a atenção como na literatura e no cinema recentes (ou não tão recentes), o tema da maternidade emerge. São exemplos desse movimento os livros de Andrea del Fuego (2021), Ariana Harwicz (2019, 2020), Vera Iaconelli (2023), assim como os filmes de Pedro Almodóvar (1999), Anna Muylaert (2015, 2016, 2025) e Lynne Ramsay (2025).

Tal presença é por certo resultado de inspirações feministas que incluem a tentativa de desnaturalizar a condição de mãe, afastando-a de idealizações que aprisionam mulheres em papéis socialmente pré-definidos. O caráter diverso da maternidade corresponde à multiplicidade de arranjos familiares, assim como a diferentes formas de agenciamento que cada pessoa desenvolve no interior da configuração de família.

Para a construção das reflexões aqui propostas, amparamo-nos em quatro narrativas que escancaram a existência e as agruras de maternidades marginais. O texto está dividido em duas seções analíticas, cada qual com suas singularidades, dada não só a natureza das obras, como as inquietações levantadas por elas.

Nosso primeiro impulso ganha fôlego com a leitura de dois livros recentemente produzidos, de autoras nacionais, ambos não ficcionais e que compartilham uma escrita tecida a partir de observações e relatos de pessoas que cumprem pena. São eles *Desterros: histórias de um hospital-prisão* e *Cadeia: relatos sobre mulheres*. Entre os muitos sabores da vida no cárcere, destacamos os enredos que remetem à maternidade.

Nossa segunda imersão é feita a partir de dois longas-metragens brasileiros, com tramas reais apenas na ficção, estreados nos anos de 1980 e que orientaram o nosso olhar sobre o (não) poder assumir o papel de mãe e prostituta, concomitantemente. Somente um dos scripts não traz a pobreza como pano de fundo, *Amor, Estranho Amor*. Enquanto isso, o filme *Pixote, a Lei do Mais Fraco* — o outro elencado por nós — ao lado dos livros, nutre-se de enredos potencializados pelas condições de miséria. São estórias e histórias que nos permitiram enveredar para as maternidades que fogem do modelo convencional, dada as situações que essas mães se encontram, de um jeito ou de outro,

submersas na marginalidade. Se por um lado são afastadas do estereótipo maternalista, por outro mostram-se atadas ao que se espera de uma mãe: entrega, sacrifícios, sofrimentos para preservação da sua prole.

Para o desenvolvimento de nossas análises, contamos particularmente com a companhia de Mary Del Priore, historiadora que explica como foi criado o conceito de “santa-mãezinha”, reverberado com muito afinco no período em que Brasil era colônia de Portugal, sob a batuta da Igreja e dos médicos que se ocupavam em civilizar os selvagens — especialmente as pecadoras selvagens! — que por aqui habitavam.

Compreender o lugar desse projeto de mulher-mãe é descortinar alguns comportamentos e mentalidades que ainda povoam o ideário e o significado da maternidade, anunciando as autorizadas, e, principalmente, as desautorizadas a ocupar esse complexo lugar, o de mãe.

ENTRE O DITO, O NÃO DITO E O INTERDITO: HISTÓRIAS APRISIONADAS

Duas importantes escritoras brasileiras promovem o nosso encontro com aquela da qual desejamos distanciamento, alguns até defendendo seu extermínio: a população carcerária. São livros gestados em instituições distintas, que têm entre si muito em comum, mas também uma boa dose de diferenciação. Ambos são conduzidos pela escuta atenta das autoras sobre o que dizem presidiárias e presidiários.

Natalia Timerman publicou *Desterros: histórias de um hospital-prisão*, partindo de sua atuação como psiquiatra no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP), em São Paulo. Debora Diniz batizou sua obra de *Cadeia: relatos sobre mulheres*, fruto do seu processo de ouvinte no Núcleo de Saúde da Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Os registros da primeira nascem da escrita de sua dissertação de mestrado. E assim, não só ouvia como provocava as respostas, o que fazia parte de seu ofício. A segunda, por sua vez, com longa estrada percorrida na pesquisa, resolveu que naquele momento não queria mais perguntar, somente ouvir.

Dentre as peculiaridades apresentadas, a cor das roupas utilizadas, categorizando os grupos (profissionais e detentos/detentas) é um dos temas recorrentes nas páginas dos dois escritos. Problemática sobre a qual Debora Diniz refletiu, cogitando o uso de uma coloração que não compusesse a paleta da clausura, queria diferenciar-se das demais personagens daquele universo. Laranja era para as presas, branco para a equipe de saúde, preto para a segurança. A autora acabou por optar pelas vestes pretas, ao perceber que não lhe atrapalharia na hierarquia do

presídio: “Mesmo para as presas desatentas, o preto não me uniformizava: faltava a inscrição do poder, o brasão policial e a legenda Agente Penitenciário” (Diniz, 2020, p. 208). Embora haja um grande esforço social em desumanizar quem veste laranja, Diniz revela em cada história contada que suas protagonistas são reais, portanto, humanas, mesmo quando acompanhadas da brutalidade. Da capital paulista, Timerman diz:

[...] sempre vestidos de calça bege e camiseta branca, sempre andando lentos, com os braços sempre para trás, a cabeça sempre baixa, o olhar sempre mirando o chão. [...] diante de tudo isso, existe o risco de nos esquecermos de que quem está por trás daqueles gestos todos, obrigatoriamente mais contidos que os meus, são pessoas. Como eu (Timerman, 2025, p.38).

O vocabulário próprio, quase um dialeto das e dos apenados, também é destacado ao longo das duas leituras. Diniz constrói um glossário visando auxiliar seus leitores e leitoras. Evidenciamos dois verbetes que circulam com certa frequência nas narrativas, tanto de *Desterro*, como de *Cadeia*. Um deles é o *bonde*, referente ao veículo de transporte dessa população. Nos contos de Natalia, o bonde ganha um tom pesado, pois leva e traz das penitenciárias as pessoas doentes, aquelas que consultarão ou serão internadas no hospital; pesa-lhe ainda a superlotação com que circula e demais situações insalubres a que submete os presidiários. Nos enredos de Debora, o bonde pode ser aquele que faz o percurso delegacia/presídio, deslocando as mulheres supostamente delituosas, mas pode referir-se ao traslado dos amores — bonde do amor —, quando mulheres e crianças são deslocadas até o Complexo Penitenciário da Papuda para visitação dos companheiros apenados.

Seguro é outro significante — que nomeia uma ala da edificação prisional — importante no território dos sentenciados e sentenciadas. Afinal, é o local onde se preserva a vida das/dos jurados de morte por seus desafetos, seja por dívidas, agrupamento na facção rival à dominante ou ainda por crimes sexuais.

Singularidades compõem este cosmos que é execrado, sem constrangimento, por (quase) todos que não pertencem a ele. As autoras, porém, não só nos revelam signos e simbologias do cárcere, mas, sobretudo, nos mostram que aqueles e aquelas que estão atrás das grades não são monstros, como no senso comum prefere-se acreditar. Talvez a crença de que as cadeias guardem criaturas monstruosas, destituídas de humanidade, ofereça algum ilusório conforto, autorizando todo o ódio proferido a essas “aberrações”. E assim, não é preciso enfrentar o fato de que mulheres grávidas, bebês de mães presidiárias, doentes em fase terminal, pessoas abandonadas e sem oportunidades na vida, compõem o elenco e a rotina das prisões. Ao retirar a condição humana dessas pessoas, não se faz necessária a solidariedade, o reconhecimento do

sofrimento alheio. Ao despi-lo de humanidade, não mais nos identificamos com esse grupo, e permitimo-nos abominá-lo, dada a inferioridade que nele projetamos. Isso permite que sigamos idealizando que a miséria material e afetiva não faz suas vítimas. Angela Davis (2021) já anunciou: “Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza — ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade [...]” (Davis, 2021, p.17).

A autora estadunidense explica que temos uma grande dificuldade em conceber a possibilidade da existência de sociedades sem presídios. Revisitando o doloroso passado, ela compara esse pensamento engessado ao de tempos remotos, quando também a abolição era difícil de ser idealizada: “A crença na permanência da escravidão era tão difundida que mesmo os abolicionistas brancos achavam difícil imaginar as pessoas negras como iguais” (Davis, 2021, p. 24). Como se vê, a suposta hierarquia entre as pessoas (isso quando assim encaradas) traz sempre a violência — física, mas também psicológica — a reboque. No árduo empreendimento de superação do sistema prisional, Davis chama atenção para os aspectos raça, classe e gênero como grandes pilares sustentadores da arquitetura punitiva:

Criar projetos de desencarceramento e ampliar o leque de alternativas nos ajudam a colocar em prática o trabalho ideológico de desmontar o vínculo conceitual entre crime e castigo. Essa compreensão mais elaborada do papel social do sistema de punição exige que abandonemos nossa maneira habitual de pensar sobre a punição como uma consequência inevitável do crime. [...] O encarceramento está associado à racialização daqueles que têm mais probabilidade de ser punidos. Está associado à sua classe e, como vimos, a seu gênero, que também estrutura o sistema penal (Davis, 2021, p. 121).

Contudo, a complexidade do errante ser humano não permite leituras rasas e respostas ligeiras, romantizando a violência ou negando a existência de crimes. E neste aspecto, Timerman esteve atenta: “[...] é preciso evitar emprestar poesia ou graça ao horror, se isso de alguma forma o ameniza ou banaliza” (Timerman, 2025, p.74). Neste turbilhão de sentimentos ambíguos, quem escuta também vive conflitos, dada sua dimensão igualmente humana. Ressalta a psiquiatra sobre um de seus pacientes: “[...] Alexandre me fez enxergar que as histórias das pessoas presas ultrapassam a noção equivocada e corrente de que todos ali são bandidos sem sentimentos, de que o lugar deles deve ser mesmo aquele” (Timerman, 2025, p. 39).

Com outro interno, um homicida sem arrependimentos, a conversa é muito mais dura, a ponto de a médica confessar: “Do outro lado da mesa, sinto vontade de sair correndo, de encerrar os atendimentos também, de ir embora dali e nunca mais voltar, de chorar a dor que não existe” (Timerman, 2025, p. 53). Ainda nestas tramas tão reais

que parecem flertar com a ficção, uma cirurgiã não consegue realizar seu ofício, algo tão habitual, quando reconhece no paciente seu sequestrador de outrora.

Debora Diniz também dá seu testemunho acerca das hostilidades desta vida: “Depois de treze anos como visitadora do filho, d. Liomar caiu. O filho estava jurado de morte por dívida não paga, a mãe seria a salvadora. Ou a maconha entrava ou nem Seguro salvaria o filho” (Diniz, 2020, p. 186). Rememora criticamente: “Do que conheci, posso dizer que o presídio é uma máquina de abandono para a qual os sentidos da violência são múltiplos” (Diniz, 2020, p. 210). E ainda: “Nada mais dramático que uma presa crackeira e moradora de rua. Seu destino parece estar traçado — será de idas e vindas ao presídio, um dia morrerá do excesso de droga ou da morte matada pela droga” (Diniz, 2020, p. 212).

Há ainda uma tocante confluência entre os dois trabalhos: o drama das mães, seja ela a que visitava a filha encarcerada: “[...] boa filha, conheceu malandro; com coração embromado caiu no presídio” (Diniz, 2020, p.39), seja ela a presa que entregou a sua bebê: “[...], mas dói tanto, d. Jamila. Eu não pensei que ia doer tanto”. Doer tinha excesso de erre na pronúncia.” (Diniz, 2020, p. 38). Diniz também presenciou o sofrimento daquela que teve o rebento levado pelo Conselho Tutelar: “Ela já sabia do filho com a nova família, mas lutava contra a ideia de ser mãe que abandona. Não tinha mais filho, restou foi muita vergonha” (Diniz, 2020, p. 27).

Já Natalia acompanhou a trajetória da estrangeira, presa por tráfico, que deu à luz enquanto estava privada de liberdade. O filho esteve entre a vida e a morte, dada a prematuridade ao nascer. No entanto, após a felicidade da sobrevivência do pequeno, renova-se o desespero:

E a grande dificuldade, a maior e mais terrível, era o medo de que Zaki fosse abrigado. Terminado o tempo de trânsito-amamentação, Zaki deveria sair do CHSP e ser entregue aos cuidados de algum familiar, ou, na sua ausência, como era o caso de Donamingo, a um abrigo (Timerman, 2025, p.143-144).

Gleice também foi lembrada por Timerman: ré primária, presa por furto, ela que pariu gêmeos durante sua pena. Um deles nascera com fibrose cística, e a mulher se devotava às suas crias. As oscilações no quadro de saúde do menino que veio ao mundo com uma doença genética levantaram a suspeita de que os cuidados maternos não estavam a contento. A implacável desconfiança dilacerou a mãe: “Quando soube que aquilo a que se dedicava com tanto afincio era questionado, desorganizou-se. Se cuidar dos filhos era a única coisa que podia, conseguia e sabia fazer!” (Timerman, 2025, p.118).

As dores estão nas celas, nos leitos, nas alas, atravessam mulheres e também homens. Mesmo cientes de que eles igualmente sofrem, não podemos deixar de visibilizar essas mães que nos foram apresentadas por Timerman e Diniz. Referimo-nos à que se deixou prender aos 75 anos para salvar o filho. Ou à que não compreendia como a filha, que estudava para ser professora, é agora presidiária. Há quem mesmo dominada pela dependência química, ruborizou com a perda da guarda do filho. Não se pode esquecer do desconsolo quando chegada a hora da separação entre mães e bebês, ainda que diante da certeza de que cadeia não é lugar de criança. Tampouco se deve ignorar a angústia devastadora naquela inquerida sobre a sua capacidade de cuidar do filho doente.

Essas mulheres registram a difícil tarefa em conciliar a maternidade com a sentença judicial. Mesmo quando a cria é fruto de um estupro, a saudade é avassaladora:

Pelas dores da carne, a mulher choramingava, choro de água era de saudade do filho. Entre rins e filho, a língua destravou: o filho foi de estupro. "Ele é um menino inteligente, mesmo sendo do estupro dos bichos^{1*}", segredou como quem não soletrava o indizível (Diniz, 2020, p.86).

É possível ler sobre uma cumplicidade, um cuidado entre as detentas, ao assumir-se uma maternidade provisória daquela que precisa ser amparada dada a pouca idade associada à situação: "[...] eu cresci na idade, mas na mente eu sou debiloide [...]" (Diniz, 2020, p. 189-190). E por isso, Tina ("Menina" é sua alcunha) declara: "As meninas na cela cuidam de mim, elas dizem que eu sou a bebezinha delas, elas mandam eu tomar banho, deixam eu dormir na jega^{2*}, elas me ensinam a falar direito" (Diniz, 2020, p. 191). Menina é quem precisa de supervisão, incapacitada de cuidar das duas filhas:

Menina tem duas filhas, a primeira de seis anos "É mais esperta que eu", conta com orgulho de quem desconhece maternidade. A criança vive com alguém em algum lugar, a segunda [...] só engatinha. Já nasceu do tempo da rua, e o crack desarrumou a filha antes de nascer. "Ela também tem um bichinho que deixa debiloide, o bichinho come as células da mente" [...] (Diniz, 2020, p. 190).

São expressões de maternidades muito peculiares, uma se equilibra sobre a linha que separa o aspecto biológico — aparentemente só teve os óvulos fecundados — dos afetos maternais, já que embora desconheça o paradeiro da filha, sente satisfação em

1□ "BICHO É o mundo do crime e da bandidagem que vive fora do presídio, a maloqueiragem genérica vinculada às drogas, em particular ao crack" (Diniz, 2020, p. 214).

2□ "JEGA É a cama do presídio. São beliches de três camas, cada estrado é conhecido por jega. Há mais presas que jegas no presídio da capital federal" (Diniz, 2020, p. 219).

dizer que é criança inteligente, diferente da condição de quem a gestou. Outra, apesar da prenhez ser fruto de violência sexual, vê o filho com ternura, sofre com a separação. Há as que se compadecem da vida miserável (ou a mais miserável das miseráveis) de alguém que tem a razão abalada (debilóide, como se autodenomina) e convive com o vício. É preciso adotá-la, acolhê-la, ensinar-lhe como se faz com a própria cria.

Essas mulheres que trazem em suas biografias o distintivo do cárcere, ora afastam-se, ora aproximam-se do que culturalmente compreendemos como ser mãe. Seus distanciamentos mostram que não é possível ancorarmos num único modelo esse papel tão complexo. Seus referenciais são outros, ignoram a performance da “santa-mãezinha”.

Mary Del Priore (2009), debruçando-se sobre as construções de mentalidades e comportamentos engendradas pela Igreja e pelo saber médico acerca do ser mulher e da maternidade no Brasil Colônia, vai demonstrando como foram estas iniciativas de domesticação da sexualidade da mulher. Elas a transformaram na figura da “santa-mãezinha”, um projeto que intensificou a importância do matrimônio e alocou a mulher dentro de casa na função de cuidadora da prole, baseando-se nos preceitos cristãos (não por acaso, profissões imediatamente associadas ao cuidado, como enfermagem e educação infantil, são predominantemente femininas). Tal empreendimento nasceu da urgência de dar fim ao desregramento moral (na leitura das autoridades religiosas), como os arranjos familiares informais e o concubinato. Também é possível encontrar na obra de Gilberto Freyre (2006), *Casa-Grande e Senzala*, publicada pela primeira vez em 1933, a urgência de ser instituído o casamento:

Os homens “não gostavam de casar para toda a vida”, mas de unir-se ou de amasiar-se; as leis portuguesas e brasileiras, facilitando o perfilhamento dos filhos ilegítimos, só faziam favorecer essa tendência para o concubinato e para as ligações efêmeras. É verdade que já os moralistas brasileiros vinham dando combate a tamanha irregularidade [...] (Freyre, 2006, p. 390).

O mesmo autor indica que essas “irregularidades” atingiam até mesmo alguns clérigos que “[...] tiveram *comadres*; mas discretamente, quase sem pecado. Vivendo vida como casado; criando e educando com esmero os *afilhados* ou *sobrinhos*” (Freyre, 2006, p. 533, grifos do autor). Enquanto as mulheres eram achincalhadas por não se adequarem ao projeto matrimonial, os religiosos (pares dos pregadores da moral e bons costumes), quando amasiados, viam seus delitos praticamente anulados.

Porém, se as que por ora realçamos, não são (tampouco querem ser) mães santificadas, ainda assim, algo enlaça essas desgarradas neste arquétipo maternal. Há uma doação, entregam-se emocional e corporalmente ao outro/outra. O altruísmo,

marca essas relações, tão díspares por um lado, mas tão conservadoras por outro, quando colocam seus corpos, suas vidas à disposição do filho. Encaram o desassossego para apaziguar o sofrimento do rebento. As insígnias de tempos pregressos são profundas, fazendo “[...] com que a tradição e a sabedoria popular até os dias de hoje se pronunciem sobre a maternidade com imagens entre o riso e as lágrimas” (Del Priore, 2009, p. 286).

Afinal, aprendemos e perpetuamos — mesmo que não deliberadamente — a importância do sofrimento da mulher, só por meio dele chegar-se-ia à redenção. É preciso sofrer na carne para purificar-se do “pecado” do ato sexual. É a mulher, a pecadora por excelência, que leva os homens à tentação, quem deve resignar-se, diziam os eclesiásticos (Del Priore, 2009). Nesse sentido, emblemáticas são as palavras de Freyre ao referir-se ao encontro entre o colonizador e às “índias nuas”: “[...] eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho” (Freyre, 2006, p. 161). E se as personagens apenas não estão em busca da salvação divina, ainda assim compreendem que é preciso dedicar-se aos filhos e filhas, mesmo que fugindo dos padrões de cuidado esperados e requisitados para uma mãe (socialmente) exemplar.

Sim, as formas de (não)viver a maternidade são múltiplas, vinculadas às (im)possibilidades e experiências ao longo de cada singular vida. Aprender a comportar-se como mãe, amar maternalmente, abdicar de si e priorizar a cria, não são regras biologicamente determinadas ou geneticamente repassadas. São processos socioculturais, aos quais algumas se adaptam com mais facilidade, mas que outras transgridem, havendo ainda as que recusam. Ser mãe transborda o aspecto biológico e pode ser o avesso das defesas adestradoras (e castradoras) da sexualidade das mulheres. E se faz no tempo vivido, reinventa-se no interior das contingências individuais, constrói-se na relação afetiva (que inclui sofrimento) com aquele ou aquela que foi gerado.

INQUIETANTES ENCENAÇÕES: MÃE OU PROSTITUTA?

Somam-se aos livros dois longas-metragens do cinema nacional que igualmente nos provocam quando pensamos nas maternidades, seus desdobramentos e interditos. Referimo-nos ao premiado *Pixote, a lei do mais fraco*, de 1980, dirigido por Héctor Babenco, baseado na obra literária *Infância dos Mortos*, de José Louzeiro. Já o segundo

é o polêmico *Amor, estranho amor*, estreado dois anos depois, sob a direção de Walter Hugo Khouri.

São filmes que trazem à tona o (não) lugar da mulher-mãe que atua na prostituição. Nos dois deparamo-nos com o afeto que se mistura ao abandono, com a violência e seus longos tentáculos, que tocam mulheres, mas também meninos que habitam territórios de luxo (é certo que mantido pela exploração sexual), assim como aqueles de miséria (que também têm na prostituição um dos seus pilares), como bem ilustram esses enredos fílmicos.

Se é possível reconhecer pontos de contato entre os dois scripts, contrastes entre as personagens também são visíveis, o que nos direciona para o conceito — não evocado na década de 1980 — de interseccionalidade.

A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. [...] A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber (Collins e Bilge, 2021, p. 29).

Ou seja, em *Pixote* a classe social é marcante, e como explicitado na citação acima, somos atravessados e atravessadas por diversas distinções que compõem cada um de nós. Essas marcas operam numa complexa relação entre elas e num contexto. Portanto, as opressões sofridas por Sueli — interpretada por Marília Pêra —, mulher, profissional do sexo, pobre, são características marcantes, potencialmente vetores de preconceito e vulnerabilidade. E assim podemos compreender que “[...] a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo” (Collins e Bilge, 2021, p. 33).

Pixote denuncia um Brasil em que famílias (o que significa incluir crianças) viviam na mais absoluta negligência por parte do poder público. A miséria, a falta de moradia, saneamento, escola e emprego, desencadeavam elevados índices de marginalidade. Se tal relato parece descrever um Brasil atual, lembremos que avanços (ainda longe do ideal, prova disso são os dois livros, com publicações recentes, que debatemos aqui, dedicados à população carcerária) foram alcançados. Mesmo com todas as críticas pertinentes, não esqueçamos das políticas sociais e a criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o aparato legal comprometido com a garantia de direitos dessa parcela da população, entre eles a educação e o emprego de medidas socioeducativas para jovens (entre 12 e 18 anos) em conflito com a lei. Longe de

querermos romantizar o cenário do momento, é preciso destacar que alguns dispositivos no campo jurídico e também político têm sido importantes, fazendo avançar a pauta dos direitos humanos.

O menino Pixote vem de uma família pauperizada, situação que se assemelhava à vida real do ator, Fernando Ramos da Silva que, inclusive, seria morto³ pela polícia, aos 19 anos, sete após o lançamento do filme, depois de supostamente ter participado de um assalto. O personagem vai parar numa instituição para jovens infratores, presencia todo o tipo de arbitrariedade, tanto por parte dos agentes da segurança pública, como de seus pares. A tirania dos mais velhos, cometida contra os recém-chegados, não conhece limites, já que de alguma forma autorizada pelos profissionais “responsáveis” pelo recinto. E assim, estupros coletivos, ameaças e a obrigação de ingerir o café mesmo com escarro na caneca, são situações corriqueiras. Por sua vez, os adultos também não economizam nas atrocidades, de forma que coerção, surras e até assassinatos, entre muitas outras atitudes ultrajantes, são comuns. Este quadro indica a urgência em transicionar forçosamente para a vida adulta, abreviando uma infância que já se mostra quase inexistente, já que só assim será possível sobreviver à barbárie.

O (muito) jovem protagonista, junto com outros, consegue fugir deste lugar que, de tão ameaçador, faz a vida nas ruas parecer menos hostil. Sua jornada, ao lado de mais três garotos (que aos poucos vão desaparecendo, principalmente porque assassinados), leva-o ao tráfico, roubo, acesso à arma de fogo e mundo da prostituição. Ao lado da prostituta Sueli, Pixote conhece um lar, o “luxo” de ver TV aconchegado na cama, andar de carro (roubado), situações viabilizadas pela cumplicidade nas atividades criminosas. Os pequenos, numa postura de adultos, adentram sempre que a meretriz realiza o ritual de sedução e então anunciam um assalto. Tudo isso num cenário de total precarização material.

Interessa-nos pensar na relação entre Pixote e Sueli, uma mulher que no início do encontro com os rapazes já explicita o aborto que cometeria. Trata-se de ato que a Igreja e a medicina se empenharam em recriminar desde os tempos do Brasil Colônia (Del Priore, 2009). A mulher fora programada para ser mãe, esta era a sua sina, nasceu para a procriação. Uma reprodutora compreendida pela sua funcionalidade puramente biológica, que deveria renunciar os prazeres da carne. A dor, essencialmente vivida durante o parto, acabava por purificá-la. Além do mais, a prole deveria ser fruto de

3 Como se pode ler em matéria divulgada pela imprensa.

casamento legítimo. Freyre faz menção à preocupante precocidade com que meninas se tornavam esposas (em breve, mães). Deveriam assumir o compromisso antes de completarem década e meia de vida, faixa-etária considerada ideal pelos maridos com idade entre 30 e 40. Segue ele: “Um fato triste é que muitas noivas de quinze anos morriam logo depois de casadas. Meninas. [...] Morriam de parto [...]” (Freyre, 2006, p. 432).

Sendo assim, as mulheres (e meninas, como denunciado por Gilberto Freyre) que não se enquadravam nesta planificação eram malvistas, selvagens e pecadoras. Estavam na mira das autoridades as amasiadas e as prostitutas, mas também as que abortavam. Del Priore afirma: “No projeto de construção da maternidade ideal, o aborto aparecia como uma mancha capaz de oxidar o belo retrato que se queria fazer das mães” (Del Priore, 2009, p. 251).

À medida que as vidas de Sueli e dos três meninos vão se entrelaçando, para cada um deles a mulher desempenha um papel. O jovem Dito (personagem de Gilberto Moura) passa a ser o amante, enquanto Lilica (vivido por Jorge Julião) abandona o grupo por não suportar ver o então colega enlaçado com a dama. Ao pequeno Pixote — o mais novo de todos — Sueli dedica atitudes maternais, por vezes preocupada e atenciosa, o que fará com que vivam conflitos intensos entre eles. Afinal, a criança parece ter, como poucas vezes em toda vida, demonstrações de carinho e de cuidado, o que lhe faz ver na prostituta a figura de uma mãe. Por outro lado, ela parece saber que o papel matriarcal não lhe cabe. Prostituição e maternidade são palavras que se repelem, ao menos, no imaginário. Pois, prostitutas e mães ocupam lugares distintos, desempenham funções opostas. A mãe é quem oferece a dádiva da vida, é figura “sagrada” (ideia que nos foi incutida culturalmente), enquanto a outra, a profana, está entregue aos prazeres da carne, ao pecado, à imoralidade (Del Priore, 2009).

Vale, portanto, o que Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1997) escreveram ao interpretarem o regresso de Ulisses à Ítaca — tema da *Odisseia*, de Homero — como metáfora do desenvolvimento da subjetividade burguesa. Nesse périplo cheio de dificuldades e com muito ardil da razão, o viajante encontra, antes do ponto final, a semideusa Circe, cujo poder é o de subjugar homens, transformando-os em porcos dóceis, caso eles não acertem a resposta a um estratagema que lhes propõe. Não é o que acontece no caso em tela, porque o capitão do navio acerta a resposta, habilitando-se a dividir o leito da anfitriã. É também a partir de uma resposta correta que Penélope, a esposa, reconhece o marido, 20 anos depois de ele deixar a terra natal e viajar para a Guerra de Troia. Uma e outra complementaríamos o estatuto burguês da condição

masculina: a prostituta e a cônjuge não estariam, nessa sociedade patriarcal, em oposição, senão em complementaridade.

Já nos últimos momentos, há uma cena em que Pixote se deleita nos seios de Sueli, beija-lhe a boca, numa alternância entre a inocência do filho que   amamentado e a erotização que seria restrita aos adultos. Isso dá margem para que o espectador enxergue a promiscuidade, a pedofilia (conceito que reverbera nos dias de hoje, não tanto naquela época, menos ainda quando se tratava de relação heterossexual e da presença de um menino), sobretudo, pela vida despudorada da personagem Sueli. O amálgama nos sentimentos e atitudes dos que contracenam — especialmente as investidas do jovem — acabam por lembrá-la que   libertina, e não mãe. Não ignoremos que, “Tanto no passado, quanto no presente, a maternidade delimita um território onde mães e filhos se relacionam empiricamente, adaptando-se aos valores da sociedade em que estão inscritos” (Del Priore, 2009, p. 16).

Contudo, as agruras da violência sexual não estão circunscritas aos contextos miseráveis, como se pode conferir no filme *Amor, estranho amor*, que não permite que esqueçamos da existência de mulheres prostitu das trabalhando para elevados estratos sociais. Sem defendermos uma hierarquia na escala do sofrimento, sabendo que a exploração humana — de qualquer espécie, inclusive a sexual —   sempre um problema que deve ser enfrentado, precisamos ressaltar que as personagens não sofriam com a fome ou com o uso de instalações insalubres, destoando sobremaneira das experiências de Sueli e dos jovens transgressores. O que novamente invoca uma leitura interseccional, admitindo que a classe social d  o tom. Outra vez convidamos Patricia Hill Collins e Sirma Bilge para a conversa:

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito  l m de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder (Collins e Bilge, 2021, p. 46).

No entanto, se riqueza e miséria contrastam quando comparamos as encenações nos distintos filmes, a prostituição, como alternativa profissional das mulheres, promove um possível diálogo entre eles. No caso desta segunda narrativa, belas mulheres atuam em um prostíbulo de alta classe, que fideliza como clientes figuras importantes do cenário político nacional. Além do mais, mesmo que estejam em ambientes privilegiados, estão elas sujeitas às relações de poder, que nesta ficção são

praticadas por homens brancos, ricos, com prestígio social. No caso, espaço e ambiente dão ensejo para negociatas às vésperas da instituição do Estado Novo.

O enredo deste longa-metragem ocupa-se em relatar a chegada de um adolescente a um luxuoso bordel, local de trabalho de sua mãe, Anna (interpretada por Vera Fischer), uma das mais cortejadas pelos frequentadores. Hugo é o filho que ganha vida a partir da atuação de dois atores, Marcelo Ribeiro vive-o jovem, enquanto Walter Forster lhe dá a vida da fase adulta.

O reencontro entre ambos gera muitos desajustes no recinto, a começar, o inocente sequer suspeita da natureza do território em que se insere. As lindas e jovens mulheres que lhe rodeiam, entre elas Xuxa Meneghel, no papel de Tamara — uma virgem que será oferecida a um político importante —, olham-no cheias de curiosidade e movidas pelos impulsos da profissão. Ou seja, travam uma corrida para ver quem iniciará o menino na vida sexual. E a mãe segue vigilante, tentando proteger o recém-chegado das investidas cheias de desejos das companheiras de labuta.

Entre as cortesãs do requintado cabaré, há um padrão de beleza recorrente, inclusive explicitado por Anna à gerente, ao admitir que por lá só desejam mulheres vindas do sul do Brasil, em exaltação a certo padrão oriundo da colonização europeia naqueles sítios, especialmente a alemã e a italiana. Mulheres brancas, altas, magras, algumas com olhos claros — o caso de Anna, Tamara, mas também de Hugo — são os tipos a compor o elenco. Por sinal, os olhos dos atores e atrizes, com frequência ganham um close, propositalmente realçando a íris azul. Tamara, quando vê Hugo pela primeira vez, exclama que os olhos do “guri” (expressão comumente utilizada em Santa Catarina e Rio Grande do Sul) são mais bonitos que os dela, e assim são contínuas as indicações da importância do fenótipo para a estória.

São detalhes que nos lembram as influências eugenistas, ditando padrões de beleza e de hipotética superioridade racial, no caso a europeia, e neste script, com destaque à ascendência germânica. Renato Kehl foi um dos grandes arautos do assunto no país:

Renato Kehl defendia que não haveria solução para os problemas do Brasil sem o desenvolvimento de uma “política biológica” radical, inspirada na “higiene racial” alemã [...]. Em sua interpretação, como o grande mal do país era um “mal de raça”, o governo deveria impedir a proliferação de indivíduos racialmente “indesejáveis” [...] (Wegner, 2025, p. 99-100).

Mas mesmo neste universo que seleciona mulheres para o coito, levando em consideração a genética, a “eugenia positiva” (Wegner, 2025), não entra em jogo. Em outras palavras, tratou-se de um mecanismo eugênico que estimulava a procriação

entre as pessoas biologicamente “favorecidas”, no intuito de “aperfeiçoar” a população. Porém, libertinas não são para conceber herdeiros, mas para o desfrute, principalmente, masculino.

A prostituição também era exercida no Brasil Colônia, e dessas relações profissionais eram gerados filhos e filhas. Eram personagens marginais que solidificavam o pensamento religioso em parceria com o Estado, no intuito de civilizar este povo selvagem que tem a figura da mulher — que deve redimir-se assumindo o seu papel biológico de procriadora dentro do casamento —, sobretudo as lascivas, como o grande mal. Reforça Del Priore: “Vale lembrar que a valorização das mulheres casadas passava pela existência das ‘mais fáceis’, que não apenas ajudavam a reconhecer a boa esposa e mãe, mas também o lar contra a rua [...]” (Del Priore, 2009, p. 90).

Sobre o tema, Freyre dá seu testemunho enfatizando as discrepâncias raciais: “Mas o grosso da prostituição, formaram-no as negras, exploradas pelos brancos. Foram os corpos das negras — às vezes meninas de dez anos [...]” (Freyre, 2006, p. 538). E as linhas seguintes corroboram a afirmação de Del Priore, ao advogarem que uma personagem não existe sem a outra: “[...] a virtude da senhora branca apoia-se em grande parte na prostituição da escrava negra” (Freyre, 2006, p. 538).

Contudo, o filme dá indícios de que mesmo quando há a existência do rebento, ele deve ser escondido — o que de alguma forma também o protege —, já que dizer-se filho de uma meretriz é situação bastante inusitada, em nada iguala-se à liberdade de anunciar que a matriarca é uma professora, por exemplo, considerando a carga moralista que se atribui ao ofício. Além do que, é ele rival da maternidade idealizada. Isso porque a figura da mãe é sacralizada, quase que desvinculada da vida sexual, ou, pelo menos, que essa vida seja regrada, monogâmica, preferencialmente associando sexo ao amor, secundarizando o prazer. Trata-se de ideia profetizada de tempos longínquos, quando se aprendeu que a mulher que exercia a maternidade deveria ser “Devota, obediente, dessexualizada e destituída de paixões [...]” (Del Priore, 2009, p. 108).

Anna, a mãe de Hugo, corporifica o avesso dessa idealização maternal, muito embora seja a provedora da família que deixou em Santa Catarina. Se há vergonhas em torno da atividade exercida, atos libidinosos remunerados sustentam os familiares. Por meio dos diálogos fica entendido que a catarinense enviava recursos mensais para a subsistência de Hugo e da avó, dando a impressão de que essa senhora era mais uma a explorá-la. Ou seja, os tabus circunscritos à profissão são barreiras para aquelas que desejam gestar, parir e assumir a maternidade. Se o fator financeiro não está posto

como empecilho, os debates moralizantes indicam os impeditivos para estas mulheres assumirem o “sagrado” papel de mães.

Como já dito, os filmes muito têm em comum, apesar das importantes diferenças. Anna também contracenando com o filho adolescente trocas de carícias erotizadas, deixando a pergunta sobre as dificuldades, assim como ocorre com Pixote e Sueli, em romper os limites da prostituição. É como se o título de prostituta lhes definisse por completo, encerrando a possibilidade de coexistências de outros papéis, especialmente o da nossa reflexão, o da maternidade.

Nas cenas que seguem entre Sueli com Pixote ou Anna com Hugo, sentimentos difusos perpassam as quatro personagens. É como se as mulheres só pudessem — ou só soubessem — viver o amor libidinal, enquanto os meninos, que assistiam suas performances (Hugo espia clandestinamente a mãe com um cliente, no entanto, faz parte da rotina de Pixote deparar-se com Sueli em ação), igualmente parecem querer provar os prazeres com essas mulheres especialistas em divertimento sexual masculino. Lembremos ainda que se Hugo é filho de Anna (diferente de Pixote e Sueli), havia, até então, uma distância entre eles, o jovem foi criado pela vó materna, como já relatamos. Isso pode ter afrouxado os laços entre mãe e filho, saltando aos olhos do rapaz o que a mulher oferece como prostituta, e não como mãe. Desse modo, as tramas suscitam a inquietação: ser meretriz é um impeditivo para ocupar o lugar maternal?

A ambiguidade se põe, portanto, na relação entre Anna e Hugo. Como bem notou Donny Correia (2025), no reencontro

[...] a mulher se põe nua, como uma Vênus, para amamentar seu menino, também nu, que descobre as camadas mais profundas para além das aparências de sua mãe. Uma psicofagia mútua. Longe do estímulo sexual utilitarista, a cena reproduz uma versão particular de Khouri para a *Pietà*, de Michelangelo, tão recorrente nas artes visuais. As expressões da Anna não exprimem prazer, mas o êxtase de uma mãe trazendo seu filho para dentro de seu mundo sem empecilho nem subterfúgios. Hugo, enquanto se enrosca no corpo da mãe, parece voltar à fase uterina. Quer retornar para dentro dela e renascer (Correia, 2025, p. 263).

Não temos dúvidas de que as protagonistas femininas, em ambos os enredos, assumem lugares de exploração e violência. Contudo, não podemos esquecer que o mesmo se dá com os meninos protagonistas. Pixote e Hugo também estão expostos, se o primeiro é mais vulnerável, já que conhecedor das muitas impiedosas faces da miséria, o segundo, mesmo cercado de conforto e luxo, também é violentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos discutir sobre maternidades marginais, aquelas que rivalizam com a figura sacralizada de mãe. Para isso amparamo-nos em quatro potentes trabalhos nacionais, dois vindos da literatura, que retratam histórias de vidas reais, e outros dois oriundos do cinema, sustentados na ficção. Para tanto, devemos lembrar que os enredos ficcionais não os colocam em desvantagem, já que compreendemos que são eles expressões de um tempo e de uma sociedade. As personagens, os ambientes e os contextos criados, também aguçam a reflexão.

O encontro com os distintos materiais causa-nos imenso desconforto, pela dureza dos seus relatos e por mostrarem a necessidade de uma revisão nos alicerces conceituais que sustentam as “convicções” sociais. Neste tom desafiador, tristeza, abandono e violência são ingredientes a compor cada história detalhada por Natalia Timerman e por Debora Diniz. Em São Paulo, no Distrito Federal ou em outras partes do mundo, é preciso que se reconheça o fracasso deste sistema penal que perpetua a barbárie. Ineficaz na reintegração social, como ilustrado nos altos índices de reincidência. Resta a difícil e crucial pergunta já levantada por Davis (2021): “como construir alternativas que abram mão de iniciativas exclusivamente punitivas?”.

Lemos, a partir delas, sobre vidas precarizadas, mas as autoras não permitem que a condição humana seja apagada. Lemos sobre homens e mulheres, e essas nos tocaram com suas histórias maternais. Algumas, quem sabe, falem de concepções consentidas, outras acidentais, e há aquela fecundada na brutalidade, mas todas revelam as inúmeras (im)possibilidades de ser mãe aprisionada. Longe — inclusive territorialmente, afinal, quem imagina uma mãe num presídio? — do estereótipo maternal, essas mulheres denunciam que não há um padrão a seguir. Mesmo desgarradas, por conta das contingências da vida, e mesmo que abdicuem do posto da “santa-mãezinha”, ainda assim, dedicam-se (de diferentes maneiras) e sofrem pelos rebentos.

Os audiovisuais também nos colocam cara-a-cara com a “inelegibilidade” de prostitutas diante da maternidade. São mulheres promíscuas, sem envergadura moral para ascender ao posto de mãe. Seus jovens filhos (no caso de Pixote, flertando com este papel), de algum modo, indicam-lhe que o carinho que esperam delas é o libidinoso. São mulheres feitas para o desfrute e não para uma relação maternal. Contrastam com que se espera de uma mulher-mãe, aquela que não pode seguir a vida profana. Qualificadas para o coito, desqualificadas para a maternidade.

Tais visões matriarcais têm suas raízes num Brasil ainda Colônia. Os colonizadores, na empreitada de aproximar o povo daqui dos costumes e ideias do Velho Mundo, contaram com a primorosa ajuda da Igreja e da medicina para adestrar a sexualidade das mulheres, colocando-as unicamente no lugar de mãe: padronizada, assexuada, casada, empenhada em formar sua prole a partir da cartilha cristã. E assim, foi sendo desenhado (e impregnado) o modelo da “santa-mãezinha”, como se pode acessar na pesquisa da historiadora Mary Del Priore. E por aqui, a clássica obra literária brasileira *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, auxiliou no debate sobre um Brasil escravocrata, submetido ao poder de Portugal, com seu povo subjugado. Um sistema que destroçou pessoas escravizadas — indígenas e negras —, com toques extras de atrocidades para aquelas na condição de mulher.

Outros conceitos perpassaram o debate, como o da interseccionalidade, tão caro nos dias atuais, e necessário para afastarmo-nos das armadilhas das homogeneizações. Reconhecer no corpo seus múltiplos atravessamentos é reivindicar lugares identitários, é denunciar opressões vividas, como as situações emblemáticas visualizadas quando comparados os filmes.

O eugenismo também marcou presença. As nuances acerca da “superioridade” genética de um grupo são retratadas pelas sulistas que trabalham no luxuoso e criterioso bordel. No entanto, seus atributos físicos servem para satisfazer fantasias sexuais dos requintados clientes, mas não para procriação (nem do ponto de vista biológico e tampouco do antropológico e social da maternidade), já que o labor imoral lembra que não estão aptas para a sagrada função de mãe.

São tantas as espessuras da maternidade que até mesmo no interior dos debates feministas advoga-se por maior visibilidade acadêmica e política para o tema. Como explicado por Maria Collier de Mendonça (2021), a pauta é o pilar dos Estudos Maternos e do Feminismo Matricêntrico, que têm a canadense Andrea O’Reilly como sua grande representante. Debater o materno, ainda é ponto apartado das conversas feministas, segundo a autora, por isso a reivindicação de um espaço político e acadêmico que tome para si as complexidades do exercício da maternidade nas exigências do contemporâneo. Para O’Reilly, as demandas maternas devem inclusive, estar postas nos diálogos interseccionais, já que assim como raça, classe, deficiência, idade, figura, em alguma medida, sob carga opressora (Mendonça, 2021).

Ainda como se lê em Mendonça (2021), maternidade e maternagem são conceitos caros para os Estudos Maternos, o primeiro estando ligado ao imperativo biológico e à carga social e cultural a ele atribuída. O segundo, por sua vez, traduz a

atividade em si, como processo: prover (nas múltiplas dimensões) as necessidades inscritas na relação maternal com a cria. Sob esta ótica, não se trata de buscar uma prática materna exclusivamente biológica, mas, sim, aquelas que estão para além dos marcadores parentais ou mesmo de sexo (como exemplo os estudos da maternagem *queer*), segue Mendonça (2021). São estas reverberações que emergem e, se neste artigo nos debruçamos sobre personagens reais e ficcionais femininas, ainda assim, devemos anunciar que os tensionamentos teóricos transbordam, não admitem aprisionamentos, tampouco insinuam unanimidades.

Se tecemos críticas ao arquétipo de mãe, não descartamos que assumir tal papel traz consigo atribuições das mais diversas ordens. É um processo visceral, afetivo e responsável, mas que não se traduz num modelo rígido, engendrado a partir de valores religiosos e de muita carga de preconceito. Um modelo que é, sim, rompido constantemente, mas que nem por isso pode ser desqualificado, se o compromisso com a outra vida estiver vibrante. Paradoxalmente, se rupturas são recorrentes, continuidades também são. E as tramas por aqui analisadas não cansaram de demonstrar isso.

E por tudo que foi dito, defendemos que é preciso dar às mães a possibilidade de serem mulheres que desempenhem diversos papéis, que não sejam reféns de discursos moralistas e moralizantes, castradores daquelas que se entregam à maternidade, a seu modo, com suas referências, arranjos, dores e dificuldades, ainda que implicadas com a árdua tarefa. Ademais, entendemos que viver a maternidade pode (e deve) ser a partir de diferentes modelagens, e que o protótipo da “santa-mãezinha” não satisfaz as diversas representatividades do que podemos evocar como mãe.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Ästhetische Theorie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997. (Gesammelte Schriften Adorno, vol. 7).

A MELHOR Mãe do Mundo. Direção: Anna Muylaert. Brasil: Biônica Filmes, 2025. 1 vídeo (105 min). Disponível em: [netflix.com](https://www.netflix.com). Acesso em: 01 dez. 2025.

AMOR, Estranho Amor. Direção: Walter Hugo Khouri. São Paulo: Cinearte Produções Cinematográficas, 1982. 1 vídeo (121 min). Disponível em: <https://www.tokyvideo.com/br/video/amor-estranho-amor-nacional-1982-1080p-logan>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BENJAMIN, Walter. **Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit**. Stuttgart: Reclam, 2013. (Org. de Burkhardt Lindner).

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORREIA, Donny. **O cinema de Walter Hugo Khouri**. São Paulo: Cosac, 2025.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 8. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2021.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DINIZ, Debora. **Cadeia**: Relatos sobre mulheres. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FUEGO, Andréia del. **A pediatra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HARWICZ, Ariana. **Morra, amor**. São Paulo: Editora Instante, 2019.

HARWICZ, Ariana. **A débil mental**. São Paulo: Editora Instante, 2020.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialektik der Aufklärung**: Philosophische Fragmente. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997. (Gesammelte Schriften Adorno, vol. 3).

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**: Psicanálise e políticas da reprodução. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

LENK, Elisabeth. **Die unbewußte Gesellschaft**: Über die mimetische Grundstruktur in der Literatur und im Traum. Munique: Matthes & Seitz, 1983.

MÃE só há uma. Direção: Anna Muylaert. Brasil: Dezenove Som e Imagens e África Filmes, 2016. 1 vídeo (82 min). Disponível em: Prime Vídeo. Acesso em: 13 out. 2025.

MENDONÇA, Maria Collier de. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. **Revista Ártemis**. v. 31, n. 1, p. 56-72, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/54296>. Acesso em: 09 jul. 2026.

MORRA, Amor. Direção: Lynne Ramsay. EUA: Excellent Cadaver, 2025. 1 vídeo (120 min). Disponível em: Prime Vídeo. Acesso em: 30 jan. 2026.

PIXOTE, a Lei do Mais Fraco. Direção: Hector Babenco. São Paulo: HB Filmes; Unifilm, 1980. 1 vídeo (125 min). Disponível em: netflix.com. Acesso em: 20 jan. 2026.

PROFISSÃO Repórter. '**Como conseguem dormir sabendo que tiraram uma vida e acabaram com uma família?**', lamenta filha de ator de 'Pixote', executado por PMs. 19 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2022/10/19/como-conseguem-dormir-sabendo-que-tiraram-uma-vida-e-acabaram-com-uma-familia-lamenta-filha-de-ator-de-pixote-executado-por-pms.ghtml>. Acesso em: 01 fev. 2026.

QUE horas ela volta? Direção: Anna Muylaert. Brasil: África Filmes e Gullane Filmes, 2015. 1 vídeo (114 min). Disponível em: netflix.com. Acesso em: 15 jan. 2026.

SONTAG, Susan. **Against interpretation and other essays**. Londres: Picador, 2025.

TIMERMAN, Natalia. **Desterros**: Histórias de um hospital-prisão. São Paulo: Todavia, 2025.

TUDO sobre Minha Mãe. Direção: Pedro Almodóvar. Espanha: El Deseo, 1999. 1 vídeo (101 min). Disponível em: netflix.com Acesso em: 10 out. 2025.

WEGNER, Robert. **Eugenia ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

MATERNIDADES MARGINAIS: O QUE NOS CONTAM PRESIDÁRIAS E PROSTITUTAS?

Marginalized motherhoods: what do incarcerated women and prostitutes tell us?

Gisele Carreirão Gonçalves

Mestrado em Educação Física
Fundação Catarinense de Educação Especial
Centro de Reabilitação Ana Maria Philippi
São José, Brasil
gisacarreirao@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8897-9625>

Alexandre Fernandez Vaz

Doutorado em Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Estudos Especializados em Educação
Florianópolis, Brasil
alexfvaz@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-4194-3876>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Hipólito Mafra, 203, Ap. 306, Bloco A, CEP 88045-410, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Inserir os agradecimentos a pessoas que contribuíram com a realização do manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: G. C. Gonçalves, A. F. Vaz.

Coleta de dados: G. C. Gonçalves, A. F. Vaz.

Análise de dados: G. C. Gonçalves, A. F. Vaz.

Discussão dos resultados: G. C. Gonçalves, A. F. Vaz

Revisão e aprovação: G. C. Gonçalves, A. F. Vaz

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

O trabalho contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processos nº 408324/2026-6 e 312749/2021-0 – e da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc) – Edital 21/2024.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 27-02-2026 – Aprovado em: 05-07-2026 – Publicado em: 12-10-2026